

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.567 - SP (2020/0071174-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : CELIA PEREIRA BARBOSA ZANON
RECORRENTE : DULCELINO INACIO DA SILVA
RECORRENTE : IVONE BERTUZZI DA SILVA
RECORRENTE : LIA MARIA MILAN
RECORRENTE : MARIA AUXILIADORA BORGES SANTARÉM
ADVOGADOS : ANDRÉ ALMEIDA GARCIA - SP184018
FABIANA BUZZINI ROBERTI GRANO - SP210187
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : CAROLINA BIELLA - SP224134
S
RAFAEL DOS SANTOS MATTOS ALMEIDA - SP282886
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL ADESIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2 DO STJ. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. RECURSO ESPECIAL PRINCIPAL SOBRESTADO. RECURSO ADESIVO QUE SEGUE A MESMA SORTE DO PRINCIPAL. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial adesivo manejado por CELIA PEREIRA BARBOSA ZANON e OUTROS pretendendo, em síntese, a majoração da verba honorária fixada na origem por ofensa aos § 3º e 4º do art. 20 do CPC/1973.

É o relatório que basta na hipótese. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 2/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*”

A irresignação não merece conhecimento. Explico.

É que o recurso especial principal, interposto pela municipalidade não foi objeto de análise por parte desta Corte, haja vista a necessidade de sobrestamento na origem para aguardar o julgamento do REsp nº 1.470.443, de minha relatoria, que trata da "regra geral de incidência do imposto de renda sobre juros de mora", tema que está submetido ao rito do art. 543-C, do CPC, sob o número 878 da lista de recursos especiais repetitivos, o qual foi sobrestado pela Primeira Seção desta Corte, em caráter excepcional, em questão de ordem acolhida, por maioria, na assentada do dia 24/6/2015, para aguardar o julgamento do RE n. 855.091/RS cuja repercussão geral foi admitido pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Dessa forma, o presente recurso especial adesivo restou prejudicado, eis que sua sorte segue a sorte do recurso principal, não sendo possível seu processamento autônomo

Superior Tribunal de Justiça

consoante a redação do art. 997 do CPC, *in verbis*:

Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.

§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.

§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:

I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial;

III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

Pelas razões expostas, com fundamento nos arts. 997 do CPC, e 34, XVIII, do RISTJ, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para sobrestamento do recurso especial adesivo, seguindo a mesma sorte do recurso especial principal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator